

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 627356 - SP (2014/0300647-1)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**PROCURADORE : MARIA APARECIDA YABIKU E OUTRO(S) -  
S SP249207**

**RENE FRANCISCO LOPES E OUTRO(S) - SP217530**

**AGRAVADO : JUQUIS INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS SPE  
LTDA**

**ADVOGADO : LAIS EUN JUNG KIM E OUTRO(S) - SP146187**

## **EMENTA**

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ITBI. BASE DE CÁLCULO. TEMA DECIDIDO PELA CORTE ESTADUAL À LUZ DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEGISLAÇÃO LOCAL (DECRETO ESTADUAL 46.228/2005). IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO NESTA VIA EXCEPCIONAL, SOB PENA DE SE USURPAR A COMPETÊNCIA DO STF E DIANTE DO DISPOSTO NA SÚMULA 280/STF, RESPECTIVAMENTE. AGRAVO REGIMENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, em conformidade com decisão proferida por seu Órgão Especial, em que se reconheceu a inconstitucionalidade do Decreto 46.228/2005, entendeu que o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP não poderia alterar a base de cálculo do ITBI por decreto, sob pena de violação dos princípios da legalidade e segurança jurídica.

2. Assim, para se chegar a conclusão diversa da exposta no acórdão recorrido, necessária a análise de matéria constitucional, além do estudo do referido Decreto Municipal, o que não é viável em sede de Recurso Especial, sob pena de se usurpar a competência do STF e diante do óbice da Súmula 280/STF, respectivamente.

3. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

